

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE ECONOMIA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS BACHARELADO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

**Ana Clara Alves Cavalcanti**

**O NEOMERCANTILISMO DO GOVERNO TRUMP (2017-2021) SOB A ANÁLISE  
DA TEORIA DO "CHUTAR A ESCADA", DE HA-JOON CHANG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Economia e Relações  
Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como pré-requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais. Orientador: Dr. Filipe  
Mendonça

**Uberlândia  
2025**

Aos meus pais Cristiane e Emerson e aos meus avós Irani e Ademar, por me darem amor incondicional. Todo meu carinho e admiração a vocês. E à Deus.

## O NEOMERCANTILISMO DO GOVERNO TRUMP (2017-2021) SOB A ANÁLISE DA TEORIA DO "CHUTAR A ESCADA", DE HA-JOON CHANG

**Ana Clara Alves Cavalcanti<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a política comercial do governo de Donald Trump (2017–2021) sob a perspectiva da teoria do “Chute da Escada”, desenvolvida por Ha-Joon Chang. A partir de uma abordagem qualitativa, busca-se compreender como práticas associadas ao neomercantilismo foram retomadas na contemporaneidade durante a primeira administração Trump, especialmente por meio da imposição de tarifas, renegociação de acordos internacionais e retirada de instituições multilaterais. Para isso, são examinados elementos do contexto político e econômico dos Estados Unidos no período das eleições de 2016, além do background histórico das estratégias protecionistas utilizadas por outros governos norte-americanos. Ademais, são analisadas as consequências dessas medidas, levando em consideração que em um contexto globalizado de crescente interdependência econômica, o uso de políticas unilaterais e protecionistas tendem a gerar impactos amplificados. Por fim, discute-se de que forma as ações do governo Trump se aproximam de um padrão histórico e teórico que visa à proteção dos interesses nacionais, ainda que contrariem o princípio de livre-comércio defendido pelas mesmas potências junto ao sistema internacional.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; Donald Trump; neomercantilismo; chute da escada.

**Abstract:** This paper aims to analyze the trade policy of Donald Trump’s administration (2017–2021) through the lens of the “Kicking Away the Ladder” theory, developed by Ha-Joon Chang. Adopting a qualitative approach, the study seeks to understand how practices associated with neomercantilism were revived in contemporary times during Trump’s first term, particularly through the imposition of tariffs, the renegotiation of international agreements, and the withdrawal from multilateral institutions. To this end, the paper examines elements of the political and economic context of the United States during the 2016 presidential election, as well as the historical background of protectionist strategies implemented by previous U.S. governments. Moreover, it analyzes the consequences of these

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: cavalcantiana0804@gmail.com

measures, considering that, in a globalized context of increasing economic interdependence, the adoption of unilateral and protectionist policies tends to produce amplified effects. Finally, the study discusses how Trump's actions reflect a historical and theoretical pattern aimed at protecting national interests, even when such measures contradict the free trade principles promoted by the very same powers within the international system.

**Keywords:** United States; Donald Trump; neomercantilism; kicking away the ladder.

## 1. Introdução

No contexto das relações econômicas internacionais contemporâneas, as políticas protecionistas e neomercantilistas adotadas por governos têm desempenhado um papel crucial na moldagem das dinâmicas globais. Especificamente, a administração de Donald Trump (2017-2021) nos Estados Unidos representou um período significativo de reavaliação e, em muitos casos, reversão das políticas de livre comércio que tinham sido promovidas por governos anteriores. Este artigo explora como essas políticas podem ser analisadas através da teoria do "chute da escada" de Ha-Joon Chang, levantando a questão: "Como as políticas protecionistas adotadas pela administração Trump (2017-2021) podem ser compreendidas como uma aplicação contemporânea da teoria do "chute da escada" de Ha-Joon Chang no contexto das relações econômicas internacionais?"

De forma que, essa perspectiva é crucial para entender não apenas as motivações por trás das ações de Trump, mas também os resultados dessas políticas em um contexto globalizado, onde as cadeias de suprimentos são interconectadas e as economias são interdependentes. Ao aplicar tarifas e renegociar acordos, Trump tentou proteger os empregos e indústrias americanas. No entanto, como Chang explica, essas medidas podem ter um efeito rebote, prejudicando a economia que buscam proteger ao promover guerras comerciais e retaliações de outros países. Além disso, as políticas de Trump podem reforçar barreiras ao desenvolvimento econômico em países emergentes, um aspecto central da crítica de Chang ao neoliberalismo e às políticas econômicas dominantes promovidas pelos países desenvolvidos (CHANG, 2017).

A problematização central deste trabalho investiga as políticas neomercantilistas de Trump, destacando uma possível continuidade das práticas protecionistas históricas, porém inseridas num contexto global transformado pela crescente interdependência econômica e pelas complexas cadeias de suprimentos internacionais. A hipótese proposta sugere que as políticas de Trump, que incluem tarifas elevadas e renegociações de acordos comerciais,

constituem uma aplicação moderna da teoria do "chute da escada". Chang argumenta que os países desenvolvidos utilizaram políticas protecionistas para ascender economicamente e, após alcançarem prosperidade, promoveram o livre comércio, criando barreiras que limitam o desenvolvimento econômico de nações emergentes (CHANG, 2002).

Com o objetivo de aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, o estudo se propõe a descrever a teorização de Chang sobre as estratégias de países desenvolvidos para limitar o desenvolvimento de países emergentes, analisar a fundamentação teórica e a justificativa econômica por trás das políticas neomercantilistas de Trump, e investigar os impactos dessas políticas tanto no desenvolvimento econômico dos EUA quanto nos países afetados diretamente pelas políticas americanas. Além disso, busca-se comparar as políticas de Trump com práticas históricas de protecionismo e neomercantilismo, estabelecendo paralelos e distinções claras.

A justificativa para este estudo reside na importância de entender o neomercantilismo, particularmente sob a administração Trump, devido ao seu impacto direto na ordem econômica global e nas relações de poder entre os Estados. Este tema é crucial para compreender a discrepância entre as práticas protecionistas adotadas por nações desenvolvidas e os princípios de livre comércio que frequentemente promovem. A teoria do "chute da escada" oferece uma estrutura teórica consistente para examinar essas contradições e entender como as políticas internas dos EUA podem influenciar globalmente a economia e as relações políticas.

Este trabalho adotará uma metodologia qualitativa, utilizando análise de conteúdo de discursos políticos, documentos oficiais e literatura secundária para explorar as políticas de Trump e sua correlação com a teoria do "chute da escada". Esta abordagem metodológica é justificada pela necessidade de compreender detalhadamente as motivações, contextos e impactos das políticas implementadas, permitindo uma análise rica dos fenômenos sociais e políticos envolvidos. O trabalho está organizado em capítulos que começam com uma revisão da literatura sobre a teoria do "chute da escada" de Chang, depois passa para o estudo sobre o background histórico do protecionismo e neomercantilismo, seguida por uma análise detalhada das políticas de Trump e sobre os resultados dessas políticas e suas implicações para o futuro das relações econômicas internacionais, concluindo com uma comparação das práticas de Trump com práticas protecionistas históricas adotadas por outros governos.

## 2. Fundamentos Teóricos e Contexto Histórico

## 2.1. Teoria do "Chute da Escada" de Ha-Joon Chang

Inicialmente, para dar fundamento ao trabalho em questão, é necessário examinar a principal teoria que inspirou essa análise, a tese sobre o "Chute da Escada", do premiado economista sul coreano, Ha-Joon Chang. Dessa maneira, na intenção de melhor compreender a teoria de Chang, analisando sua obra *"Kicking Away the Ladder"* de 2002, observa-se que o autor introduz sobre a maneira que os países atualmente desenvolvidos, chamados, na tradução original de NDCs ou *Now Developed Countries*, impõe sobre os países em desenvolvimento a necessidade de algumas instituições governamentais, que muitas vezes ferem a cultura desses países em questão (CHANG, 2002).

Assim, Chang vai fazer uma reflexão sobre o processo de desenvolvimentos dos NDCs, analisando como ocorreu a construção do conceito da democracia e das instituições, que esses países defendem ser tão importantes para alcançar um desenvolvimento econômico. Além de fazer uma análise comparativa entre os países atualmente desenvolvidos quando ainda estavam em desenvolvimento com o estado das atuais nações em desenvolvimento (CHANG, 2002).

A princípio, sobre a democracia<sup>2</sup>, o economista sul coreano recorda que no imediato pós-guerra havia o comum argumento de que o custo de instituições democráticas seriam muito altos para países em desenvolvimento. Em contrapartida, hoje em dia, a alegação vai em mão contrária, de forma que, a visão dominante no *"international development policy establishment"* (IDPE) seja de que a democracia favorece o desenvolvimento econômico, e portanto, é vista como uma pré-condição essencial para o progresso econômico e desenvolvimento. Mesmo que existam aqueles que, ainda sim, defendam que a democracia seria mais um resultado do desenvolvimento do que um requisito para ele (CHANG, 2002).é de que a democracia favorece o desenvolvimento econômico. Portanto, é vista como uma pré-condição essencial para o progresso econômico e desenvolvimento sustentável.

Somado a isso, para fortalecer a visão de comparação no quesito da democracia, dos NDCs em seu estágio de desenvolvimento equiparado aos países atualmente em desenvolvimento, Chang faz uma análise sobre a questão dos votos. A partir de uma análise de números e espaços temporais, chega a conclusão que a trilha da democracia<sup>3</sup> nos países

<sup>2</sup> "In the early post-war period, there was a popular argument that developing countries cannot afford 'expensive' democratic institutions. Today, the dominant view in the IDPE is that democracy helps economic development and therefore has to be promoted as a precondition for development." (Texto original) Ha-Joon CHANG. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 71-72.

<sup>3</sup> "Although universal male suffrage among the majority (white) population was attained in most NDCs by the end of the First World War, these countries could hardly be called democracies even in the purely formal sense of the word, because women and ethnic minorities were disenfranchised." (Texto

atualmente desenvolvidos foi bastante conturbada para que se conseguisse chegar finalmente em um sufrágio universal e no voto secreto, por exemplo. De maneira que, comparando essas nações com os atuais países em desenvolvimento, nota-se que os segundos parecem apresentar um melhor aproveitamento nesse quesito, inclusive, provando a ideia de que o sufrágio universal é aceito em escala muito maior nos países considerados em desenvolvimentos nos dias atuais, do que era aceito nos anteriores quando estavam no mesmo patamar de crescimento (CHANG, 2002).

Além disso, Chang também irá expor sobre a burocracia e o setor judiciário dos NDCs quando ainda estavam em desenvolvimento. Nesse contexto, é desvelado todo o sistema de venda de cargos<sup>4</sup>, espólios e nepotismo, presente em grande parte dos países em desenvolvimento pelo menos até o fim do século XIX. Mostrando que, foi necessário um longo processo de reformas até que as burocracias desses Estados fossem modernizadas (CHANG, 2002).

Partindo para a análise do setor judiciário, o economista escreve sobre a relevância que o discurso contemporâneo sobre uma “boa governança” dá sobre um judiciário politicamente independente para administrar o “estado de direito”<sup>5</sup>. No entanto, ignoram, o fato de que assim como os países em desenvolvimento da atualidade, o judiciário dos NDCs em certo momento, aproximadamente até o final do século XIX, também sofreu com a influência política exacerbada e corrupção nas nomeações, ou até mesmo em eleições (CHANG, 2002).

Quando analisados os regimes de direito de propriedade<sup>6</sup>, o padrão se repete. A princípio, pontua-se que, na visão ortodoxa é comum considerar-se que quanto maior o nível de proteção à propriedade privada, melhor é para o desenvolvimento econômico, uma vez que tal proteção encorajaria a criação de riqueza. No entanto, essa perspectiva é prontamente

original) Ha-Joon CHANG. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 74.

<sup>4</sup> “It is well known that, up to the eighteenth century, open sales of public offices and honours - sometimes with widely-publicized price tags - was a common practice in most NDCs.” (Texto original) Ha-Joon CHANG. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 78.

<sup>5</sup> “Given this, we need to understand the quality of the judiciary not simply in terms of its political independence, but in a number of dimensions - the professionalism of the judicial officials, the quality of their judgments (not simply from a narrow 'rule of law' point of view, but also from a broader societal point of view) and the cost of administering the system.” (Texto original) Ha-Joon CHANG. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 81.

<sup>6</sup> “Hence, what matters for economic development is not simply the protection of all existing property rights regardless of their nature, but which property rights are protected under which conditions.” (Texto original) Ha-Joon CHANG. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 83.

desmistificada, visto que existem diversos exemplos na história, nos quais o mantimento da propriedade privada trouxe malefícios ao desenvolvimento econômico ao passo que o desrespeito à ela beneficiou esse desenvolvimento. Nesse sentido, um exemplo, é a nacionalização de indústrias na França e na Áustria, após a Segunda Guerra, que ao transferir propriedade industriais de capitalistas conservadores e não dinâmicos para a administração do setor público com mais tecnologia e investimento intensivo, foi observado um maior desenvolvimento industrial (CHANG, 2002).

Por fim, o outro setor analisado foi o das instituições financeiras<sup>7</sup> dos NDCs, quando ainda estavam no degrau de desenvolvimento. Chang pontua, então, que com o aumento das crises bancárias em todo o mundo nas últimas décadas, criou-se uma exacerbada cobrança em cima de um eficiente sistema de regulamentação bancária. Mesmo que, esses países atualmente desenvolvidos tenham demorado muito tempo para se preocuparem com tais instituições regulatórias, já que o próprio desenvolvimento do sistema bancário por si só foi um processo lento e desigual, com exceção talvez da Grã-Bretanha (CHANG, 2002).

Sendo assim, depois de exposto a situação holística de alguns setores e instituições de países desenvolvidos quando, ainda, não haviam chegado no patamar atual, nota-se que foram necessários séculos para que esses países pudessem desenvolver suas instituições propriamente, desde o momento que se foi percebida a necessidade destas. De forma que, houve casos de instituições que por diversos motivos, seja por falta de ativos, por resistência de grupos que se viam prejudicados ou até mesmo por interdependência com outras instituições, foram impedidas de serem adotadas em dado momento (CHANG, 2002).

Sendo assim, após análise, observa-se uma incoerência no discurso dos atuais países desenvolvidos, já que eles mesmos demoraram gerações para desenvolver determinadas instituições. Ao passo que, de certa maneira, exigem uma urgente implementação dessas instituições nos países atualmente em desenvolvimento, muitas vezes em um espaço de 5 a 10 anos. Inclusive, ameaçando aplicar sanções àqueles que não consigam seguir a agenda de desenvolvimento estabelecida (CHANG, 2002).

Finalmente, para fortalecer a discussão, é pertinente pontuar que, quando ainda em desenvolvimento, os NDCs tinham instituições muito menos aptas que os países em desenvolvimento contemporâneos. Assim, para provar esse ponto, Chang traz a tabela 1, que compara o PIB per capita dos antigos países em desenvolvimento, dos séculos XIX e início

---

<sup>7</sup> “In the NDCs, banks only became professional lending institutions after the early twentieth century. Before then, personal connections strongly influenced bank lending decisions.” (Texto original) Ha-Joon CHANG. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 93.

do XX (convertidas em dólares internacionais de 1990), com as rendas de 1992 dos países em desenvolvimento modernos, para fazer uma comparação de seus desenvolvimentos. O autor reconhece, no entanto, que o PIB per capita apresenta limitações para mensurar o desenvolvimento de uma nação, ainda mais comparando estatísticas históricas que levam em conta dois séculos. Mesmo assim, a tabela consegue oferecer uma boa noção sobre a posição econômica desses países em suas fases de desenvolvimento (CHANG, 2002).

Where were the now-developed countries when they were developing?  
(figures are given in 1990 dollars)

<b>Per Capita Income Band</b>	<b>Now-Developed Countries (1750)</b>	<b>Now-Developed Countries (1820)</b>	<b>Now-Developed Countries (1875)</b>	<b>Now-Developed Countries (1913)</b>	<b>Developing Countries (1992)</b>
Below 1,000	France (921)	Japan (704) Finland (759) Canada (893) Ireland (954)			Ethiopia (300) Bangladesh (720) Burma (748)
1,000–1,500	UK (1,328)	Norway (1,002) Spain (1,063) Italy (1,092) Germany (1,112) Sweden (1,198) France (1,218) Denmark (1,225) USA (1,287) Belgium (1,291) Austria (1,295)	Finland (1,176) Norway (1,469)	Japan (1,334) Portugal (1,354)	Ghana (1,007) Kenya (1,055) Côte d'Ivoire (1,134) Nigeria (1,152) India (1,348)
1,500–2,000		Australia (1,528) The Netherlands (1,561) UK (1,756)	Italy (1,516) Canada (1,690) Sweden (1,835) Austria (1,986)	Greece (1,621)	Pakistan (1,642) Egypt (1,927)

Fonte: CHANG, Ha-Joon. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 122.

<b>Per Capita Income Band</b>	<b>Now-Developed Countries (1750)</b>	<b>Now-Developed Countries (1820)</b>	<b>Now-Developed Countries (1875)</b>	<b>Now-Developed Countries (1913)</b>	<b>Developing Countries (1992)</b>
2,000–3,000			Denmark (2,031) France (2,198) Germany (2,198) USA (2,599) Belgium (2,800) The Netherlands (2,829)	Finland (2,050) Spain (2,255) Norway (2,275) Italy (2,507) Ireland (2,733)	Philippines (2,213) Morocco (2,327) Indonesia (2,749)
3,000–4,000			New Zealand (3,707) UK (3,511)	Sweden (3,096) France (3,452) Austria (3,498) Denmark (3,764) Germany (3,833) The Netherlands (3,950)	Peru (3,232) China (3,098)
4,000–5,000			Australia (4,433)	Belgium (4,130) Switzerland (4,207) Canada (4,231)	Turkey (4,422) Thailand (4,422) Brazil (4,862)
5,000–6,000				UK (5,032) New Zealand (5,178) USA (5,307) Australia (5,505)	Mexico (5,098) Colombia (5,359)

Source: Maddison 1995. The 1750 figures are extrapolated from 1820 data, with annual growth rate taken as 0.4 per cent for both the UK and France. 0.4 per cent is the weighted average of estimates by economic historians of England (de Vries 1984). It is widely accepted among economic historians that the French growth rate at the time was similar to that of England (Crouzet 1967).

Fonte: CHANG, Ha-Joon. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002. p. 123.

Assim, a análise da tabela 1 indica que, nos anos 1820, a maioria dos países em desenvolvimento da época (NDCs) apresentava uma renda per capita equivalente à faixa

entre Bangladesh (\$720) e Egito (\$1,927) nos valores atuais. Entre eles estavam nações como Mianmar, Gana e Índia. Até 1875, esses países superaram a faixa de renda entre Nigéria e Índia, com os mais prósperos, como Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália, atingindo níveis comparáveis aos da China (\$3,098) e Peru (\$3,232) de hoje. Outros países como EUA, Alemanha e França se encontravam em um patamar intermediário, similar ao de Paquistão (\$1,642) e Indonésia (\$2,749) atuais. Já em 1913, as nações mais desenvolvidas daquele grupo, incluindo Reino Unido e EUA, alcançaram patamares econômicos similares aos de países em desenvolvimento mais ricos de hoje, como Brasil e México, enquanto a maioria ainda se comparava com países de renda média atual, como Filipinas, Marrocos e China (CHANG, 2002).

Por fim, de uma vez por todas, depois de analisadas as instituições e com a ajuda da tabela, pode-se concluir que nos primórdios de seus desenvolvimentos, os países que hoje em dia são considerados desenvolvidos, tinham níveis de estrutura institucional muito mais baixos do que os atuais países em desenvolvimento apresentam estando no mesmo patamar de comparação (CHANG, 2002).

Logo, a partir de exemplos históricos e análises das transformações nas instituições e políticas de governança, Chang mostra como os países agora desenvolvidos implementaram instituições democráticas e sistemas judiciais apenas gradualmente ao longo de sua história, inclusive, muitas vezes, em um contexto de práticas não democráticas e repressivas. Consequentemente, ao examinar os fundamentos teóricos do desenvolvimento econômico sobre as lentes do economista sul coreano, é crucial compreender o conceito do “Chute da Escada” por si só, e como ele se encaixa na estrutura das práticas históricas de desenvolvimento (CHANG, 2002).

O pensamento de Chang é enraizado no estudo do economista alemão do século XIX, Friedrich List, com ênfase em sua obra *“The National System of Political Economy”* (1841). Para List, os países desenvolvidos fazem uso de um discurso hipócrita ao defender o livre-comércio internacional, uma vez que apenas passaram a defender tal modelo depois de alcançar altos níveis de industrialização interna por meio de políticas protecionistas. Ainda, segundo o autor, a Inglaterra seria o exemplo mais claro dessa prática, já que o país primeiro consolidou sua indústria com forte respaldo estatal e, após alcançar vantagem competitiva, passou a defender o livre-comércio como modelo ideal, ao mesmo tempo que desencorajava outras nações a utilizarem os mecanismos que levaram ao seu sucesso. Assim, também é possível visualizar como essa postura tem sido uma constante histórica nas relações econômicas internacionais (LIST, 1841).

Por conseguinte, da mesma maneira, Chang fundamenta que os NDCs apesar de construírem suas economias sobre fundamentos protecionistas e alcançarem um patamar de desenvolvimento avançado, passaram a promover uma agenda neoliberal, contradizendo as políticas que eles próprios fizeram uso. Assim, essa prática dual, deu origem à metáfora de “Chutar a Escada”, que seria a práticas por parte dos países desenvolvidos de remover as ferramentas, ou seja, “chutar a escada” da construção do desenvolvimento econômico, que foram essenciais para sua própria ascensão econômica, impedindo com que países em estágio de desenvolvimento façam usos de métodos semelhantes (CHANG, 2002).

Em última instância, essa reflexão se conecta diretamente com a análise do contexto histórico e das políticas neomercantilistas do primeiro governo Trump, que esse trabalho buscará analisar. Ao observar como os EUA, sob a primeira administração de Trump, adotaram práticas antiliberais, como imposição de tarifas e outras formas de protecionismo econômico, é possível argumentar que existem congruências diretas com a crítica realizada por Chang. De forma que, mesmo um país altamente desenvolvido, como é o caso dos EUA, em determinadas situações, recorre a estratégias que historicamente auxiliaram na sua ascensão, ao mesmo tempo em que, frequentemente desaconselha a prática das mesmas por partes de países do sul global, por exemplo (CHANG, 2002).

## **2.2. Background Histórico do Protecionismo e Neomercantilismo**

Para agregar na discussão sobre o uso de políticas protecionista e do neomercantilismo no cenário econômico atual, é importante dar luz às práticas históricas que fizeram parte do processo de desenvolvimentos de grandes potências, com destaque ao caso dos Estados Unidos. Nota-se que, conhecidas figuras da política norte-americana, como é o caso do político, economista, e primeiro Secretário do Tesouro dos EUA, Alexander Hamilton, defenderam, desde o início da formação do país como nação independente, a adoção de políticas protecionistas de forma estratégica. Assim, essas práticas incluem, tarifação elevada, subsídios e políticas para proteger indústrias emergentes contra a concorrência interna, dentre outras. De forma que estas práticas, tenham sido essenciais para impulsionar a industrialização dos EUA, ao passo de construir a base de sua economia moderna (HAMILTON, 1913).

Um ponto crucial dessa orientação foi o “Relatório sobre Manufaturas” escrito por Alexander Hamilton em 1791, e apresentado ao Congresso Norte-Americano. Nesse documento, o autor expressava e defendia a forma com que os EUA deveriam proteger e incentivar o surgimento de indústrias nacionais como uma condição para alcançar o

verdadeiro desenvolvimento e independência econômica. Assim, para isso, Hamilton propunha um conjunto de medidas como tarifas à importação, desenvolvimento da infraestrutura, concessão de subsídios, e estímulo à inovação e tecnologia. Ainda segundo o Secretário do Tesouro da época, era necessário que essas indústrias incipientes, ainda não desenvolvidas suficientemente, recebessem proteção estatal até se tornarem competitivas a nível internacional. De forma, que em uma passagem do texto, Hamilton argumenta que é pouco provável que novas indústrias em países com pouco capital e experiência consigam ter um bom desempenho ao competir com indústrias já consolidadas de outros países (HAMILTON, 1913).

Com o passar do tempo, observa-se que essas tendências protecionistas se transformaram em reações à mudanças nas condições econômicas mundiais e à própria agenda internacional norte-americana, transformando-se no que hoje é conhecido como neomercantilismo. Assim, esse moderno neomercantilismo, é a combinação planejada de táticas de proteção econômica com uma estratégia de expansão comercial, visando crescer e priorizar o desenvolvimento nacional em uma era de globalização (WILLIANS, 2019).

Dessa forma, o que esse subtópico deseja explorar, é a forma com que essas práticas históricas de protecionismo, além de definir o caminho do sucesso do desenvolvimento dos EUA, também influenciaram o surgimento de estratégias neomercantilistas contemporâneas. Além disso, destacar as implicações destas políticas para as dinâmicas econômicas globais e o impacto na relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Como abordado anteriormente, o protecionismo e o neomercantilismo têm fundamentos sólidos na história da economia global, de forma que sofreram forte influência de benefícios nacionais, mudanças políticas e pelo desenvolvimento econômico internacional ao longo do tempo. Durante os séculos XVI e XVII, os Estados utilizaram a busca por uma balança comercial favorável, ou seja, maximização de suas exportações e limitação de suas importações, como estratégia para fortalecer suas economias, e é justamente ao mercantilismo deste período que a ideia central do protecionismo origina-se. Esse plano tinha como objetivo o acúmulo de metais preciosos assim como o fortalecimento do poder militar e econômico desses países, remontando à ideia de que o saldo positivo da balança comercial marcava a riqueza de um Estado (HELLEINER, 2021).

A partir da literatura de Adam Smith, em “A Riqueza da Nações” (1776), que defendia o livre comércio e a não intervenção estatal, já que a mão invisível do mercado se ocuparia de reger um crescimento sustentável, foi que os mercantilistas assim começaram a ser chamados e que vieram às críticas ao modelo mercantilista de mercado. Friedrich List foi

um dos pensadores que apresentou forte resistência à essa perspectiva liberal trazida por Smith. List, como um pensador que defendia políticas protecionistas como meio de fortalecer as economias nacionais, criticava a hipocrisia dos países industrializados por utilizarem de métodos protecionistas para alcançarem seu patamar de desenvolvimento e após isso disseminarem o livre comércio para outras nações, impedindo-as de alcançar o crescimento pela mesma via. Algo similar ao que foi retratado anteriormente neste trabalho, ao trazer a teoria do “Chute da Escada” analisada por Chang (HELLEINER, 2021).

Friedrich List em seu livro “*The National System of Political Economy*”, de 1841, faz uma contraposição ao conceito clássico de que a economia de um país deve seguir apenas as regras do mercado livre e argumenta que essa economia deve ser manejada de forma a fomentar uma base industrial nacional forte e diversificada através de políticas protecionistas. Para exemplificar seu ponto, List cita países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, que segundo ele, fizeram uso do protecionismo até se adquirirem o nível ideal para competir no mercado global. Além disso, se afastando do mercantilismo clássico, o estudioso defende a necessidade de um estado forte, com a capacidade de regular a economia visando o bem-estar nacional (LIST, 2010).

Assim como foi trabalhado previamente, quando se fala na história da industrialização norte-americana, observa-se que o protecionismo foi fortemente utilizado desde o século XIX. De forma que documentos como o Relatório de Manufaturas de 1791 escrito por Alexander Hamilton, tenham sido uma das primeiras argumentações a favor da proteção da indústria nascente contra concorrentes europeus, principalmente os britânicos, para que, assim, setores industriais estratégicos pudessem se consolidar. Da mesma maneira, durante a apóis as Guerras Napoleônicas, tem-se que o protecionismo também tenha sido amplamente utilizado por nações europeias para se proteger da exponente concorrência britânica (HELLEINER, 2021).

Fazendo uma análise histórica econômica dos EUA, tem-se que no início do século XX, o Estado deu atenção especial às suas indústrias domésticas. Para corroborar com o movimento, o Congresso aprovou a Lei Antidumping em 1916, que garantia a proteção dessas indústrias domésticas ao impedir que importações fossem vendidas nos EUA a um preço menor do que eram vendidas no país de origem das empresas estrangeiras. Ademais, o passo da história norte americana, as tarifas deixaram de ser apenas fonte de receita para o Estado, e somado a isso adquiriram a função de proteger negócios nacionais, inclusive fazendo o uso de tabelas tarifárias. Além disso, os EUA, realizaram subsídios de exportações e desvalorizaram sua moeda na intenção de promover mais exportações e desencorajar

importações. Por fim, a indústria norte-americana começou a amadurecer, e os Estados Unidos se tornaram um grande credor, especialmente para uma Europa endividada (WILLIANS, 2019).

Dessa forma, é pertinente acompanhar o caminho percorrido para que o protecionismo clássico viesse a se transformar no mercantilismo, e observa-se que essa transição ocorreu no século XX, ao passo que as economias foram se tornando mais interdependentes, principalmente após as primeiras décadas da Segunda Guerra Mundial. Nota-se que, isso se deve ao fato de até então, por influência da Guerra Fria, enquadrada como uma luta ideológica entre capitalismo e comunismo, os estudiosos tendiam a analisar a economia política de forma binária, entre liberalismo econômico e marxismo, marginalizando assim a visão neomercantilista (HELLEINER, 2021).

Nesse contexto, é possível traçar algumas diferenças entre o neomercantilismo e o mercantilismo tradicional, como por exemplo, os neomercantilistas existiam e reagiam ao novo ambiente intelectual que o trabalho de Smith ajudou a criar. Além disso, o neomercantilismo diferentemente do mercantilismo, não foca apenas na busca do acúmulo de riquezas por meio de uma balança comercial superavitária, mas também faz uso de ferramentas político econômicas como subsídios estatais, barreiras não tarifárias, manipulação cambial e controle sobre investimento estrangeiro para fomentar a economia nacional. De forma que países como Japão, Coreia do Sul e China, serviram como exemplos de sucesso da adoção do modelo, utilizando da abertura seletiva ao comércio internacional atrelada à forte intervenção estatal para proteger setores estratégicos de suas economias e promover crescimento dos mesmos (HELLEINER, 2021).

Em seu livro “*The Neomercantilists*” de 2021, Eric Helleiner, autor e economista político, enfatiza que as falhas do modelo liberal e a urgência dos Estados em preservar sua soberania econômica diante das incertezas de uma economia globalizada deram vida ao neomercantilismo moderno. Assim, a partir do final do século XX e início do XXI, observa-se que as práticas neomercantilistas ressurgiram no cenário mundial, muitas vezes para proteger setores industriais estratégicos, promovendo a segurança econômica nacional, e refletindo preocupações geopolíticas e estratégicas. Os Estados Unidos foi uma das nações que retomou políticas de caráter neomercantilista, mesmo defendendo amplamente o livre comércio para os outros Estados (HELLEINER, 2021). No entanto, nota-se que, ao passo em que essas nações faziam uso de políticas neomercantilistas, elas afetavam diretamente a economia de países em desenvolvimento, exacerbando desigualdades econômicas globais, assim como é visto até atualmente (MADDISON, 2003).

Apesar do discurso de uma política nova, a estratégia comercial de Donald Trump (2017-2021) pode ser compreendida como parte de uma longa tradição neomercantilista da história dos Estados Unidos. Como aponta Mendonça et al. (2019), as medidas adotadas por Trump, como a imposição de tarifas, o questionamento de acordos multilaterais e a pressão sobre parceiros comerciais, não representam uma novidade na trajetória da política externa norte-americana, mas sim a repetição de práticas utilizadas por presidentes anteriores, especialmente nos períodos de consolidação econômica do país. Ao retomar a lógica de proteção da indústria nacional relacionando-a à concorrência externa, Trump se coordena a uma linhagem que remonta a Alexander Hamilton, Henry Clay e Abraham Lincoln<sup>8</sup>, defensores de um Estado forte e atuante na promoção da competitividade nacional. Da mesma forma, o uso do comércio como ferramenta geopolítica e eleitoral, presente no discurso do “America First”<sup>9</sup>, também repete estratégias de outros momentos históricos, como o isolacionismo do pós-Primeira Guerra e as tensões comerciais das décadas de 1970 e 1980. Assim, a política comercial de Trump pode ser vista como uma atualização contemporânea de um padrão histórico dos EUA, no qual a defesa dos interesses nacionais constrói as ações no sistema internacional (MENDONÇA et al., 2019).

Um marco importante na tradição de utilização de medidas neomercantilistas foi a promulgação da Tarifa Smoot-Hawley, em 1930, no contexto da Grande Depressão, quando mais de 20 mil produtos importados sofreram elevação tarifária (IRWIN, 2011). No entanto, a medida foi duramente criticada por seus efeitos colaterais, que envolveram retaliações de parceiros comerciais, contração do comércio internacional e aprofundamento da crise global, sendo amplamente citada como um erro histórico no uso da política comercial (EVENETT, 2020). Nas décadas seguintes, episódios semelhantes ocorreram, como nas ações protecionistas do governo Reagan nos anos 1980, que adotaram restrições voluntárias de exportações contra o Japão, tentando proteger a indústria automobilística norte-americana (EVENETT, 2020). Ademais, outro exemplo é quando, em 2002, o presidente George W.

<sup>8</sup> “I do not know much about the tariff, but I know this much, when we buy manufactured goods abroad, we get the goods and the foreigner gets the money. When we buy the manufactured goods at home, we get both the goods and the money” (Texto original) TAUSSIG, Frank W. “Abraham Lincoln on the Tariff: A Myth.” *Quarterly Journal of Economics*, vol. 28, no. 4, August 1914, pp. 814–820.

<sup>9</sup> A expressão “America First” remonta ao período anterior à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, sendo popularizada pelo “America First Committee”, um movimento isolacionista fundado em 1940 que defendia a não intervenção americana nos conflitos europeus. O slogan simbolizava a prioridade dos interesses domésticos sobre envolvimentos externos. Donald Trump recuperou o termo em sua campanha presidencial de 2016, adaptando-o para uma agenda contemporânea de nacionalismo econômico, protecionismo comercial e ênfase na soberania nacional (GORDON, Sarah. America First: The Anti-Interventionist Tradition and Trump’s Foreign Policy. *Survival*, v. 59, n. 5, p. 7–24, 2017.[tradução nossa]).

Bush anunciou tarifas sobre as importações de aço, alegando risco à segurança nacional. Assim como no caso de Trump, mesmo que a nível e contexto diferentes, o líder buscava, com a restrição de mercado, salvar a indústria de aço norte-americana e seus empregos. No entanto, os resultados mostram que a política de Bush se apresentou altamente nociva para o restante da economia dos EUA, influenciando na perda de mais de 200 mil empregos em outras indústrias (YORK, 2018).

Esses exemplos revelam que o protecionismo, embora frequentemente mobilizado como estratégia de defesa da economia, nem sempre alcança os resultados pretendidos, podendo gerar perdas em outros setores, comprometer a competitividade interna e minar a confiança de parceiros comerciais (ZHAO, 2020). Deste modo, tem-se que, durante toda a história econômica, o protecionismo e o mercantilismo foram ferramentas recorrentes para os governos em questão, a depender do contexto político e econômico de cada etapa. Mesmo que, de forma incoerente, muitos dos Estados que fizeram ou ainda fazem uso de ferramentas de natureza neomercantilista para consolidar seu poder na economia internacional, apliquem um discurso liberal nas recomendações para outras nações menos desenvolvidas quando lhes convém (HELLEINER, 2021).

### **3. Análise das Políticas Neomercantilistas do Governo Trump**

#### **3.1 Fundamentação e Justificativa das Políticas de Trump (2017-2021)**

Nas eleições de 8 de novembro de 2016 para a presidência dos EUA, o republicano Donald Trump venceu a democrata Hillary Clinton com 56,5% dos delegados, contra 42,2% dela. A vitória de Trump é analisada por especialistas como uma fuga de políticos tradicionais por parte dos eleitores, que viram no empresário a esperança de uma mudança no sistema tradicional (BRITANNICA, 2016).

A campanha, e posteriormente o governo, do eleito presidente Trump (2017-2021), foi notadamente repleta de polêmicas, e para tratar de suas propostas e suas efetivas políticas realizadas, é pertinente que antes seja apresentado um panorama de como os EUA se encontravam no quesito político econômico, após os 2 mandatos consecutivos do democrata Barack Obama. O contexto político-econômico norte-americano exerceu expressiva força na decisão presidencial das eleições de 2016. De forma que, durante o período anterior às eleições, a população norte-americana vivenciou um contexto econômico que muito moldou sua compreensão, influenciando diretamente nos resultados eleitorais (TAHIR, 2018).

Para oferecer uma visão holística sobre a situação político econômica dos EUA no contexto das eleições de 2016, examina-se com maior foco três indicadores, sendo eles, taxa

de PIB per capita, taxa de desemprego e taxa de inflação. Tratando-se do primeiro, PIB per capita, tem-se que este é um indicador fundamental para medir o bem-estar econômico de uma população, de forma que um aumento nele normalmente seja sinal de uma economia forte. Quando Obama assumiu a presidência em 2009, após o período de recessão de 2008, o PIB per capita norte-americano era de 47.1 mil dólares americanos, segundo o International Monetary Fund (IMF), e 51.74 mil US dólares em 2012 (IMF), apresentando um crescimento de 9.85%, durante o seu primeiro mandato. Já durante o segundo mandato do democrata, houve um crescimento de 9.03% no PIB per capita (IMF), embora esse crescimento não fosse percebido por todos os setores da economia (TAHIR, 2018).

Outro indicador fundamental para a análise de contexto político e econômico, é a taxa de desemprego. Uma diminuição na taxa de desemprego representa uma condição econômica positiva, e o cenário em novembro de 2016 era de 4,7% de taxa de desemprego, segundo o Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED), contra os 5,6% de janeiro de 2009 (FRED), quando Obama assumiu seu primeiro mandato, representando uma diminuição de 16,07% no desemprego. Entretanto, é necessário pontuar que muitos desses empregos eram de baixos salários ou de meio período, dificultando diretamente a percepção da classe trabalhadora sobre essa estatística de recuperação (TAHIR, 2018).

Por fim, a inflação também é um indicador importante, já que ela afeta diretamente o custo de vida dos cidadãos e eleitores, podendo influenciar positivamente, se baixa, ou negativamente, se alta, no desempenho econômico do governo em exercício. No caso, fazendo um comparativo temporal, a taxa de inflação norte-americana em 2009 era de 1.9% (IMF), depois em 2012 era 1.8% (IMF), representando uma redução de -5.26% durante o primeiro mandato de Obama, e chegando a 2.2% em 2016 (IMF), representando um aumento de 22.22% durante o segundo mandato (TAHIR, 2018).

Conclui-se que, muitos dos resultados econômicos, apesar de normalmente terem grandes importância para os eleitores, no ano de 2016, em especial, tiveram sua relevância reduzida pela estagnação de salários desde 2014, como também pelo fato de que a percepção de melhora não estava ocorrendo de forma uniforme pela população. De maneira que as políticas econômicas e propostas de defesa contra o terrorismo de Trump tenham ecoado melhor nos cidadãos, mostrando o crescimento da preocupação com segurança e identidade nacional (TAHIR, 2018). Com o crescimento da influência chinesa, russa e iraniana, os EUA pareciam estar em posição de recuo de sua dominância global (BRITANNICA, 2016).

Após analisado o contexto que o EUA se encontrava durante as eleições de 2016, é pertinente que sejam revisadas algumas políticas implementadas, assim como acordos

assinados, pelo presidente Donald Trump durante seu mandato de 2017 a 2021, e a justificativa que a cada um deles era dada. Durante sua declaração inaugural à presidência, em 2017, Donald Trump assumiu o discurso de “*America first*” para abordar sobre a política externa e comercial, dando destaque à redução de déficits comerciais dos EUA e ao reequilíbrio dos compartilhamentos de encargos dentro das alianças. Ademais, Trump promete “unir o mundo civilizado contra o terrorismo islâmico” (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, s.d.).

Durante uma viagem de Trump à Itália, em maio de 2017, no decorrer da reunião do Grupo dos 7 (G7), os Estados Unidos se juntam a uma declaração conjunta sobre a luta contra o protecionismo (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, s.d.). A declaração se torna um tanto quanto interessante quando analisadas as políticas implementadas por Trump durante seu governo, se aproximando diretamente à frase “livre comércio para eles, protecionismo para nós”, que pode ser utilizada para compreender muito sobre o que Ha-Joon Chang traz com a teoria do “Chute da Escada” (CHANG, 2002).

Discutindo um pouco mais sobre algumas das políticas de caráter protecionista do governo Trump, em maio de 2018 o presidente norte-americano anunciou tarifas de 25% sobre importações de aço e uma tarifa de 10% sobre importações de alumínio. A justificativa para a implementação das tarifas dizia a respeito da proteção da segurança nacional dos EUA, seguido de relatório do Departamento de Comércio que constataram que o excesso de importações<sup>10</sup> representava um perigo à segurança nacional, já que novos fechamentos da capacidade de produção nacional levariam a incapacidade dos EUA de atender à demanda por defesa nacional e infraestrutura crítica em caso de uma emergência doméstica (WHITE HOUSE, 2018). Durante sua campanha em 2016, Trump prometeu proteger os empregos na indústria e lidar com questões relacionadas a desequilíbrios comerciais. Em um de seus debates Trump declarou: “Assim como o aço americano da Pensilvânia que construiu o Empire State Building, será o aço americano que fortalecerá as pontes desmoronando da América” (BBC, 2018).

Ainda em 2018, Trump deu início à chamada “Guerra Comercial” entre EUA e China ao impor 25% sobre 50 bilhões de dólares em produtos chineses e posteriormente sobre 200 bilhões, acusando Pequim de roubo de direitos autorais intelectuais, além de acusar a segunda maior economia do mundo no momento de práticas históricas desleais de comércio e de causar danos aos negócios norte-americanos (THE NEW YORK TIMES, 2018). A posição

---

<sup>10</sup> Essas importações excessivas foram impulsionadas em grande parte pelo excesso de oferta mundial proveniente da superprodução de outros países.

de Trump na época gerou burburinhos dentro do Fundo Monetário Internacional e dentro do próprio Partido Republicano, ao advertir o presidente sobre os riscos que a imposição dessas tarifas representava para alguns setores da economia americana, como o da agricultura (BBC, 2018).

A intensificação tarifária ocorrida a partir de 2018, sob a justificativa da Seção 301 do Trade Act de 1974, acompanhou uma reformulação da narrativa tradicional presente dos relatórios do United States Trade Representative (USTR), que agora não mais consideravam a China apenas como um parceiro problemático, mas sim como um rival estratégico ao sistema, o qual sua ascensão colocava em risco a supremacia econômica e tecnológica dos EUA. O relatório President's Trade Policy Agenda de 2018 e o Report to Congress on China's WTO Compliance de 2019 evidenciam esse reposicionamento, observa-se que há um deslocamento da crítica que antes era relacionada à questão do “comércio justo”, e depois se aproxima mais de uma estratégia de contenção da China como ameaça à ordem liberal encabeçada pelos EUA. Assim, demonstrando como a política comercial se funde com a lógica de segurança nacional, revelando uma política ofensiva, com forte inspiração neomercantilista (MENDONÇA e ROCHA, 2021).

Joseph E. Stiglitz, um economista internacionalista norte-americano, fez críticas às políticas de Trump, e afirmou que tanto as tarifas antidumping quanto outras medidas protecionistas aplicadas pelo então presidente, tiveram embasamento em uma compreensão errônea sobre o que estava determinando os déficits comerciais, assim como dos acordos comerciais. Ademais, Stiglitz afirmou que, as tentativas de Trump de renegociação de acordos comerciais e imposição restrições econômicas, como foi o caso da saída do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP), além de falharem no que foram propostas a realizar, também causaram danos aos interesses geopolíticos norte-americanos e ao regime de comércio global (STIGLITZ, 2018).

Nesse contexto, outra característica marcante do governo Trump, foi a retirada dos EUA de diversos acordos internacionais, assim como foi citado o caso do TPP. Esse padrão de governança, podendo ser compreendido como unilateralista ou nacionalista, divide a mesma filosofia do protecionismo econômico ao colocar os interesses nacionais de um Estado acima das obrigações e compromissos internacionais (MEARSHEIMER, 2001).

Alguns dos acordos que Trump anunciou a retirada dos EUA foram, primeiro, em 2017, quando o presidente anunciou a saída dos EUA do Acordo de Paris, que limita as quantidades de carbono emitidas pelos países, afirmando que o acordo trazia danos aos trabalhadores e à economia norte-americana. Já em 2018, a retirada do Plano de Ação

Conjunto Global (JCPOA), o acordo de 2015 sobre o programa nuclear do Irã, a justificativa foi que o presidente não concordava com a forma que os países membros estavam restringindo o programa nuclear iraniano, preferindo então uma abordagem mais confrontativa. Também em 2018, através do discurso da embaixadora norte-americana Nikki Haley, que anunciou a saída dos EUA do Conselho de Direitos Humanos, justificada pelo "viés crônico contra Israel", além da acusação de abuso dos direitos humanos por parte dos membros. E então, em 2020, em meio a crise do COVID-19, o governo de Trump notificou as Nações Unidas de que os EUA não iriam mais fazer parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual eles fizeram parte da criação, a motivação seria acusações de que a OMS tinha enganado o mundo sobre a ameaça da COVID-19 sob pressão chinesa (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, s.d.).

O governo Trump (2017-2021) adotou um unilateralismo estratégico, de forma que, por meio dele, buscava reorganizar o regime multilateral de comércio de acordo com os interesses dos EUA, sem abandonar formalmente as estruturas institucionais do sistema internacional. Dessa forma, esse tipo de atuação neomercantilista tem como fundamento o uso do poder econômico como instrumento de política externa, o que na prática significa uso de medidas como tarifas, sanções, manipulação de acordos, e disputas dentro da própria OMC, tudo como forma de pressionar adversários e aliados. Portanto, o discurso de “America First” não necessariamente significava isolamento completo, mas sim uma tentativa de retomar a centralidade americana no sistema internacional a partir de uma liderança baseada na força e não mais na legitimidade (MENDONÇA et al., 2019).

Por mais que Trump, desde sua campanha eleitoral, tenha se fundamentado na promessa de fortalecer a economia norte-americana, além de retomar a soberania dos EUA sobre assuntos comerciais, para entender a forma com que suas políticas foram de fato recebidas e os impactos ocasionados, é necessário fazer uma análise detalhada. No próximo subtópico, será explorado o efeito real do posicionamento neomercantilista do governo Trump, analisando o estado da economia interna dos EUA na época, além de seu impacto e influência no mercado global.

### **3.2 Impactos das Políticas Neomercantilistas**

Através de uma análise detalhada, serão contemplados os resultados das políticas neomercantilistas do governo Trump tanto em âmbito nacional quanto internacional. Assim se poderá entender o quanto eficientes, ou não, as ações foram para cumprir com as promessas do então presidente de fortalecer a economia norte-americana e retomar a notoriedade comercial dos EUA no cenário global.

Stiglitz pontua que, ao Trump impor tarifas sobre produtos estrangeiros na intenção de proteger a indústria nacional, como foi o caso do aço e alumínio, em grande parte, ele causou um efeito rebote, de forma que, além de não revitalizar os setores em questão, também aumentou os custos para consumidores e outras indústrias dos EUA, maximizando ainda mais o déficit comercial que o presidente pretendia baixar (STIGLITZ, 2018). De forma que, de 2016 a 2019, o déficit comercial norte-americano sofreu um aumento considerável, contrariando o objetivo central da política de Trump. Segundo dados do Bureau of Economic Analysis (BEA), o déficit de bens e serviços dos Estados Unidos passou de US\$481 bilhões em 2016 para US\$627,7 bilhões em 2018, representando um crescimento superior a US\$146 bilhões em seu período inicial de governo. Já em 2019, mesmo após a escalada tributária, o déficit ainda manteve em níveis elevados, fechando o ano em US\$ 616,8 bilhões, ou 2,9% do PIB norte-americano, com leve queda de 1,7% em relação a 2018, mas ainda sim maior do que no ínicio do mandato do democrata (BEA, 2020).

No entanto, observa-se que essa pequena redução não decorreu de aumento nas exportações, que recuaram US\$1,5 bilhão, mas sim de uma queda mais significativa nas importações, que diminuíram US\$12,5 bilhões no ano (BEA, 2020). Assim, fica evidente que fatores macroeconômicos como a política fiscal expansionista e o crescimento do consumo interno impulsionado por uma economia forte pré-Covid, mantiveram o estímulo às importações, impedindo com que a tentativa do governo de reduzir o déficit por meio de medidas tarifárias unilaterais pudesse funcionar (IRWIN, 2020).

Ainda se tratando da promessa de revitalização do setor de aço através da imposição de tarifas para proteger a indústria nacional, como anteriormente discutido, essa política levou ao aumento de preços tanto para bens de consumo quanto para insumos de produção. Então, apesar de ajudar na proteção de alguns empregos da indústria em questão, resultou na perda líquida de empregos em setores que fazem uso do aço, com a perda estimada de cerca 75 mil empregos na manufatura (IRWIN, 2020). Ademais, no setor manufatureiro, que compõe 70% dos bens cobertos pelos compromissos de compra, os EUA de fato exportaram apenas 56% do seu alvo ajustado sazonalmente para 2020 até setembro. Assim, notam-se as dificuldades enfrentadas pelos exportadores norte-americanos de setores intensivos em manufatura, resultado das tarifas e das interrupções da cadeia de suprimentos causadas pela guerra comercial contra a China principalmente (BOWN, 2020).

O estudo de Amiti, Redding e Weinstein (2019) oferece uma análise quantitativa sobre como as tarifas impostas durante a administração Trump afetaram os preços ao consumidor. Segundo a análise realizada pelos autores, as tarifas aplicadas em 2018

resultaram em um aumento significativo dos preços de bens de consumo importados. Especificamente, o estudo estima que as tarifas levaram a um aumento anual de preços de cerca de 0,3%, valor que tem implicações significativas quando distribuído entre os diversos setores da economia e consumidores (AMITI et al., 2019).

Ainda sim, o estudo trabalha o fato de que, enquanto os produtores de bens diretamente afetados pelas tarifas obtiveram algum nível de proteção, assim como anteriormente abordado, as indústrias que dependem de insumos importados enfrentaram custos aumentados. Isso não apenas pressionou os preços para cima, mas também reduziu a competitividade dessas indústrias no mercado global. Por exemplo, os produtores de bens que utilizam aço e alumínio importado, como o setor automotivo e de construção, viram seus custos de produção aumentarem significativamente, o que muitas vezes resultou em preços mais altos aos consumidores, já que esses produtores precisavam repassar o aumento (AMITI et al., 2019).

Além disso, observa-se que a imposição de tarifas desenfreadas, por parte do governo Trump, levou a retaliações internacionais e desvio de comércio. A política de “*America First*” do então presidente, tratava todos os outros países como concorrentes ou inimigos, dessa forma, desgastando a confiança de seus aliados internacionais e causando cicatrizes profundas para a capacidades dos EUA de formar consensos e trabalhar em questões econômicas globais (PISANI-FERRY, 2020). Assim, países afetados pelas tarifas, em reciprocidade, impuseram tarifas pesadas sobre as exportações dos EUA. No caso da China, a tarifação resultou no desvio de importações para outros fornecedores, como o Vietnã (IRWIN, 2020). De forma que, o desvio chinês do comércio de produtos dos EUA fica evidente quando, observa-se que, as importações chinesas de bens norte-americanos permaneceram 16% abaixo dos níveis de 2017, mesmo com a recuperação comercial de 2020. Ao mesmo tempo em que, as importações chinesas de bens de outros países aumentaram em 20% quando comparadas a 2017, deixando claro o desvio de fontes de suprimento (BOWN, 2020).

As políticas neomercantilistas adotadas durante o governo Trump não geraram impactos apenas no contexto doméstico norte-americano, mas também afetaram de forma significativa o ambiente econômico dos países em desenvolvimento. A imposição de tarifas sobre produtos chineses e a tensão nas cadeias globais de valor impactaram no recuo de investimentos estrangeiros diretos em países do Sul Global, especialmente na Ásia e na América Latina, cujas economias são fortemente dependentes da integração industrial com potências como China e Estados Unidos (UNCTAD, 2020).

Além disso, o aumento da instabilidade nos fluxos comerciais internacionais afetou o acesso a insumos e tecnologias essenciais, elevando custos de produção e enfraquecendo as estratégias de industrialização orientadas à exportação em economias emergentes (OECD, 2020). De forma que, países que vinham promovendo políticas de substituição de importações ou tentando desenvolver setores estratégicos enfrentaram restrições ainda maiores, já que a incerteza regulatória e tarifária desestimulou o planejamento de longo prazo (UNCTAD, 2020). Sob esse cenário, torna-se evidente a atualidade da crítica de Ha-Joon Chang (2002): ao promover medidas protecionistas enquanto impõe regras liberais aos demais, as grandes potências não apenas “chutam a escada” que utilizaram para ascender, mas constroem novas barreiras à industrialização e à soberania econômica dos países periféricos.

Durante uma entrevista em 2017, Chang criticou como a criação de tensões bilaterais, como no caso da China, dão início a um processo de desacoplamento de vários setores, desde a tecnologia até o comércio e o investimento. Políticas comerciais de caráter agressivo como as de Trump, prejudicam as relações econômicas globais, ao passo que, enquanto buscam reduzir a dependência econômica norte-americana, também podem, consequentemente, limitar o acesso a mercados e recursos críticos (CHANG, 2017).

Ainda sobre os resultados da política de tarifação em cima de produtos chineses, como antes retratado, o governo chinês desviou importações para outros fornecedores como o Brasil e a Argentina, como forma de retaliação aos EUA. De modo que, essa transferência apresentou consequências de risco a longo prazo ao setor agrícola norte-americano, já que esses fornecedores novos poderiam solidificar sua posição como fornecedores preferenciais de soja e de outros produtos agrícolas para a China. Então, mesmo que as exportações agrícolas norte-americanas para a China tenham eventualmente recuperado para os níveis anteriores à guerra comercial até setembro de 2020, elas permaneceram abaixo dos objetivos planejados no acordo. Então, até setembro as exportações representavam apenas 66% de suas metas sazonalmente ajustadas para 2020. O resultado disso, devido ao drástico impacto das tarifas chinesas sobre os agricultores norte-americanos, o governo Trump se viu obrigado a compensar o setor com dezenas de bilhões de dólares em subsídios federais. Entende-se que os auxílios foram uma tentativa de amenizar os efeitos negativos das tarifas sobre os agricultores, muitos dos quais fazem parte da base eleitoral de Trump (BOWN, 2020).

Além das consequências instantâneas das políticas comerciais implementadas pelo governo Trump, é pertinente avaliar os efeitos a longo prazo dessas estratégias na posição global dos Estados Unidos. A imposição de tarifas e a renegociação de acordos comerciais

podem ter gerado um realinhamento significativo das cadeias de suprimentos globais, com empresas deslocando a produção para fora da China em resposta às incertezas geradas pelas tensões comerciais. Este deslocamento, embora inicialmente visto como uma oportunidade para diversificar riscos, pode ter consequências irreversíveis para a influência dos EUA, pois novos centros de manufatura em países como Vietnã e Índia começam a solidificar sua posição no comércio internacional (BALDWIN, 2016). Ademais, a abordagem unilateral de Trump em relação ao comércio pode ter enfraquecido alianças comerciais tradicionais com países da União Europeia e do NAFTA, reduzindo a capacidade dos EUA de liderar negociações futuras e de moldar normas comerciais globais (EVENETT, 2020).

Nesse sentido, enquanto as práticas de Trump reproduzem políticas históricas de proteção da indústria nacional, elas ocorrem sob circunstâncias globais que amplificam seus efeitos e desafios, demonstrando a necessidade de políticas mais adaptativas que reconheçam a realidade da economia global interconectada de hoje. No mundo atual, caracterizado por uma economia cada vez mais interligada, no qual as cadeias de suprimentos atravessam fronteiras e os mercados são interdependentes, a aplicação de políticas protecionistas tradicionais apresenta novos desafios e complicações (ZHAO, 2020).

Ademais, considerando o cenário internacional contemporâneo, observa-se que as políticas comerciais do governo Trump ignoraram a realidade da multipolaridade emergente. A ascensão de novas potências, como China e Índia, alterou a distribuição global de poder, mas a estratégia adotada por Trump, marcada pelo unilateralismo e pelo protecionismo, demonstrou resistência em reconhecer essa nova configuração. Tal postura contribuiu para o aumento das tensões internacionais e revelou uma tentativa de reafirmar uma hegemonia norte-americana cada vez mais contestada (IKENBERRY, 2018).

Portanto, é importante analisar que a globalização econômica intensifica tanto as oportunidades quanto as ameaças, podendo tornar as políticas protecionistas mais prejudiciais ao desenvolvimento econômico de longo prazo e à inovação das indústrias, ao impor restrições ao acesso a mercados e tecnologias estrangeiros e ao interromper em parte a integração econômica global, como exemplificado pelas tensões comerciais entre grandes economias como os EUA e a China. Assim, é crucial uma abordagem mais equilibrada e multilateral para navegar na complexa rede de relações econômicas globais, garantindo que a proteção de indústrias domésticas não comprometa as relações econômicas externas e a posição global de longo prazo dos Estados Unidos (ZHAO, 2020).

#### **4. Conclusão**

Concluindo o estudo sobre o neomercantilismo do Governo Trump (2017-2021) e sua análise sob a teoria do "Chutar a Escada" de Ha-Joon Chang, este trabalho evidenciou como as políticas protecionistas e neomercantilistas de Trump se inserem em uma longa tradição de práticas econômicas que, embora visem à proteção e ao fortalecimento da economia nacional, muitas vezes resultam em efeitos colaterais significativos tanto interna quanto externamente, ainda mais quando aplicadas num contexto global muito mais interconectado do que épocas anteriores. Através da lente teórica de Chang, este estudo não só analisou as ações de Trump, mas também destacou as implicações dessas políticas no ambiente econômico global altamente interconectado.

Ao aplicar a teoria de Chang, observou-se que as ações de Trump, embora apresentadas como novidade, na verdade reiteram um padrão histórico onde países em desenvolvimento ou em processo de consolidação econômica frequentemente recorrem ao protecionismo. Este estudo demonstrou que, similarmente às nações que "chutaram a escada" após alcançarem o desenvolvimento econômico, os Estados Unidos sob a administração Trump tentaram reforçar suas barreiras comerciais na esperança de revigorar setores específicos da economia.

A análise revelou que, apesar das intenções de proteger a indústria norte-americana da concorrência estrangeira, as tarifas e outras medidas protecionistas frequentemente levaram a retaliações comerciais, afetaram negativamente os consumidores norte-americanos através do aumento dos preços e prejudicaram as relações diplomáticas com importantes parceiros comerciais. Assim, esse efeito rebote é uma lição crítica sobre os limites e os riscos do protecionismo em uma economia global interconectada, onde ações unilaterais podem desencadear respostas globais que contrariam as intenções originais.

Além disso, este trabalho explorou como a abordagem unilateral de Trump afetou as alianças internacionais e posição global dos Estados Unidos no comércio, identificando um possível desgaste da influência americana em fóruns econômicos internacionais e nas cadeias de suprimentos globais. De forma que, a tendência de desacoplamento econômico iniciada sob a administração de Trump, se continuada, poderia isolar ainda mais os Estados Unidos do resto do mundo, potencializando desafios econômicos em uma era onde a colaboração internacional e a interdependência são mais cruciais do que nunca.

Em conclusão, enquanto a teoria do "Chutar a Escada" oferece uma perspectiva importante para entender as motivações por trás das políticas de Trump, os resultados deste estudo ressaltam a necessidade de abordagens mais detalhadas e multilaterais em políticas

comerciais. O protecionismo, embora possa vir a parecer uma política interessante como uma solução rápida para problemas econômicos internos, deve ser administrado cuidadosamente contra seus potenciais efeitos adversos a longo prazo tanto para a economia doméstica quanto para a estabilidade global. Assim, este trabalho contribui para o debate sobre como políticas econômicas históricas são aplicadas no contexto contemporâneo e quais lições podem ser aprendidas para orientar ações futuras em um ambiente globalizado. Por fim, como Chang postula, não é suficiente repetir as estratégias do passado sem adaptá-las às circunstâncias atuais e às necessidades futuras, ressaltando a necessidade de abordagens mais sofisticadas e multilaterais para enfrentar os desafios econômicos globais.

## Referências

- AMITI, M., REDDING, S. J., & WEINSTEIN, D. E. (2019). "The Impact of the 2018 Tariffs on Prices and Welfare." *Journal of Economic Perspectives*.
- BALDWIN, R. (2016). "The Great Convergence: Information Technology and the New Globalization." Harvard University Press.
- BBC NEWS. Trump puts 25% tariff on Chinese goods. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-44498484>. Acesso em: Fev. 2025.
- BBC NEWS. Trump's steel and aluminium tariffs. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-43251335>. Acesso em: Fev. 2025.
- BOWN, Chad P. *Trump's phase one trade deal with China and the US election*. Peterson Institute for International Economics (PIIE), 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.piie.com/blogs/trade-and-investment-policy-watch/trumps-phase-one-trade-deal-china-and-us-election>. Acesso em: Fev. 2025.
- BEA – BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. U.S. International Trade in Goods and Services, December 2019. Washington, DC: U.S. Department of Commerce, 2020. Disponível em: <https://www.bea.gov/news/2020/us-international-trade-goods-and-services-december-2019>. Acesso em: Abr. 2025.
- CHANG, Ha-Joon. *Exposing the Myths of Neoliberal Capitalism: An Interview*. Truthout, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://truthout.org/articles/exposing-the-myths-of-neoliberal-capitalism-an-interview-with-ha-joon-chang/>. Acesso em: Jan. 2025.
- CHANG, Ha-Joon. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002.
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Trump's Foreign Policy Moments. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/trumps-foreign-policy-moments>. Acesso em: Fev. 2025.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. United States Presidential Election of 2016. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/United-States-presidential-election-of-2016>. Acesso em: Fev. 2025.

EVENETT, S. J. (2020). "Protectionism, State Discrimination, and International Business Since the Onset of the Global Financial Crisis." *Journal of International Business Policy*.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. Unemployment Rate (UNRATE). Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/UNRATE>. Acesso em: Fev. 2025.

GORDON, Sarah. America First: The Anti-Interventionist Tradition and Trump's Foreign Policy. *Survival*, v. 59, n. 5, p. 7–24, 2017.

HAMILTON, Alexander. *Report on Manufactures*. Washington: [s.n.], 1913.

HELLEINER, Eric. *The Neomercantilists: A Global Intellectual History*. Ithaca: Cornell University Press, 2021.

IKENBERRY, G. John. The end of liberal international order? *International Affairs*, v. 94, n. 1, p. 7–23, 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Consumer Price Index - USA. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIEPCH@WEO/USA?zoom=USA&highlight=USA>. Acesso em: Fev. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. GDP per capita - USA. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/USA?zoom=USA&highlight=USA>. Acesso em: Fev. 2025.

IRWIN, Douglas A. *Trade policy disaster: Lessons from the 1930s*. Cambridge, MA: MIT Press, 2011.

IRWIN, Douglas A. *Trade Truths Will Outlast Trump*. *Wall Street Journal*. 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/trade-truths-will-outlast-trump-11605828052>. Acesso em: Fev. 2025.

LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. Indianapolis: Liberty Fund, Inc., 2010. Publicado originalmente em 1841.

MADDISON, Angus. *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD Publishing, 2003.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MENDONÇA, Filipe; THOMAZ, Lais Forti ; LIMA, T. ; VIGEVANI, Tullo . AMERICA FIRST BUT NOT ALONE: UMA (NEM TÃO) NOVA POLÍTICA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS COM DONALD TRUMP. REVISTA TEMPO NO MUNDO, v. 5, p. 107-142, 2019.

OECD. Global Value Chains and the Impact of Trade Policy. OECD Policy Note, 2020.

PISANI-FERRY, Jean. *Trump's International Economic Legacy*. Project Syndicate, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/donald-trump-international-economic-legacy-by-jean-pisani-ferry-2020-08>. Acesso em: Fev. 2025.

ROCHA, M. P. N. ; MENDONÇA, Filipe . Unilateral e agressiva: A política comercial dos Estados Unidos para a China no governo Trump (2017-2019). In: Neusa Bojikian; Henrique Zeferino Menezes. (Org.). A economia política do governo Trump. 1ed.Curitiba: Appris, 2021, v. , p. 83-108.

RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. New York: W. W. Norton & Company, 2011.

STIGLITZ, J. E. *Trump and Globalization*. *Journal of Policy Modeling*, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0161893818300541>. Acesso em: Fev. 2025.

TAHIR, Ismail. *Factors That Influenced the 2016 US Presidential Elections*. Bratislava: Comenius University, Faculty of Management, 2018. Disponível em: [www.humanum.org.pl](http://www.humanum.org.pl). Acesso em: Fev. 2025.

TAUSSIG, Frank W. "Abraham Lincoln on the Tariff: A Myth." *Quarterly Journal of Economics*, vol. 28, no. 4, August 1914, pp. 814–820.

THE NEW YORK TIMES. Trump imposes tariffs on China. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/09/17/us/politics/trump-china-tariffs-trade.html>. Acesso em: Fev. 2025.

THE WHITE HOUSE. Need to Know: Implementing Steel and Aluminum Tariffs on Canada, Mexico, and the European Union. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/articles/need-know-implementing-steel-aluminum-tariffs-canada-mexico-european-union/>. Acesso em: Fev. 2025.

UNCTAD. *World Investment Report 2020: International Production Beyond the Pandemic*. United Nations Conference on Trade and Development, 2020.

United States presidential election of 2016. *Encyclopædia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/United-States-presidential-election-of-2016>. Acesso em: Fev. 2025.

WILLIAMS, Nancy. *The Resilience of Protectionism in U.S Trade Policy*. Disponível em: <https://www.bu.edu/bulawreview/files/2019/03/WILLIAMS.pdf>. Acesso em: Jan. 2025.

YORK, Erica. Lessons from the 2002 Bush steel tariffs. *Tax Foundation*, 2018. Disponível em: <https://taxfoundation.org/blog/lessons-2002-bush-steel-tariffs/>. Acesso em: Fev. 2025.

ZHAO, Yiran. *Economic Globalization and Trade Protectionism: Case study: China-United States trade war*. Tese (Bachelor of Business Administration) – Vaasan Ammattikorkeakoulu, University of Applied Sciences, International Business, 2020.